



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

## **Informação nº 024/2020 – DIGEM2**

Brasília (DF), 11 de março de 2020

**Processo nº:** 224423/2019-e  
**Jurisdicionado:** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER  
**Assunto:** Representação  
**Ementa:** Representação formulada pela empresa privada AG Engenharia Meio Ambiente e Automação EIRELI Me. Possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico nº 14/2019 – EMATER. Aquisição de calhas para canalização de água da chuva, caixa de água da chuva, tubos e outros visando atender as necessidades da Gerência de Desenvolvimento Agropecuário. Decisão nº 11/2020. Manifestação da EMATER. Análise de mérito. **Pela improcedência da Representação e determinações à jurisdição.**

Senhor Diretor Substituto,

Tratam os autos de Representação<sup>1</sup> formulada pela empresa AG Engenharia Meio Ambiente e Automação EIRELI<sup>2</sup>, acerca de possíveis irregularidades atinentes ao Pregão Eletrônico nº 14/2019, lançado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER, que tem por objeto a aquisição de calhas para canalização de água da chuva, caixa de água da chuva, tubos e outros visando atender as necessidades da Gerência de Desenvolvimento Agropecuário.

### **I. DO TEOR DA REPRESENTAÇÃO (peça 3)**

2. A Representante afirmou ter participado do Pregão Eletrônico nº 14/2019 – EMATER, no qual, após a inabilitação da primeira colocada, foi convocada à negociação, reduzindo o valor de sua proposta no total de R\$ 480.000,00, de forma a atender os interesses do certame.

---

<sup>1</sup> Peça 3, e-doc 24133673-c.

<sup>2</sup> CNPJ 04.172.535/0001-09.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

3. Noticiou que, após sua devida habilitação, o Pregoeiro, analisando detalhadamente a proposta, verificou haver divergências, em determinados itens, entre a proposta registrada no sistema e a enviada pela empresa. Assim, solicitou-lhe o reenvio, com a correção das planilhas de preços. Após o reenvio, houve novo questionamento dos valores apresentados, ao que a Representante aponta:

*“A correção da planilha basearam em dois parâmetros, o primeiro de realocação de custo de instalação (mão de obra, frete, especialidade entre calhas, caixas, canalizações, filtro de água de chuva e irrigação e o segundo no ajuste do preço global com desconto acordado com pregoeiro. Após a reabertura do pregão dia 12/11/2019, consultamos os valores que a nossa empresa registrou no sistema, e numa simples análise constatou-se que os valores unitários da proposta enviada estão abaixo das registradas no sistema, comprovando o ajuste do preço global, negociado com o pregoeiro. Apenas dois itens da proposta ficaram acima dos valores registrados no sistema, o item 1 - calhas (R\$ 1,43 - um real e quarenta três centavos) e o item 07 - tubos de PVC irrigação (R\$ 0,1 - Hum centavo), nota-se que são valores extremamente irrisórios. Vejamos a tabela abaixo:*

Item	Valor Unitário Sistema R\$	Valor Unitário Proposta R\$	Diferença Valor Unitário R\$
01	96,567	98,00	1,433
02	47,61	46,98	- 6,3
03	2173,34	2150,00	- 23,34
04	7999,00	7990,00	- 9,00
05	51,00	51,00	Igual
06	124,00	120,00	- 4,00
07	9,70	9,80	0,1
08	349,00	340,00	- 9
09	9,60	9,50	- 0,1
10	7,4	7,4	igual
11	17,50	17,00	- 0,5
12	122,00	122,00	Igual
13	59,00	59,00	Igual
14	37,00	37,00	Igual
15	78,00	74,60	- 3,4

*O item 01, teve esta pequena majoração, devido a especificidade dos suportes de calhas, cada escola apresenta uma condição específica, que depende ou não do alongamento do braço da mão francesa, está variável pode ocorrer bastante durante a instalação.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

*O item 07, realmente foi erro formal (digitação), muito baixo para ser considerado.”*

4. Diante dessa divergência entre os valores unitários, conforme apresentado nas contrarrazões ofertadas pela empresa Bakof Plásticos Ltda<sup>3</sup>, a proposta da Representante resultou em um valor total de R\$ 480.908,00 (quatrocentos e oitenta mil novecentos e oito reais). Portanto, acima da oferta vencedora do certame, destacando-se, ainda, ser a terceira vez que ocorreria erro na formulação da proposta.

5. Tendo em conta tais inconsistências, o Pregoeiro, entendeu pertinente negar provimento ao recurso, desclassificando a empresa AG Engenharia Meio Ambiente e Automação e, conseqüentemente, classificando a concorrente Bakof Plásticos Ltda., destacando que *“não se trata de puro formalismo exacerbado, nem tão pouco de falhas meramente formais, pois uma proposta que apresenta inconsistência após a oportunidade de correção não pode ser considerada como tal”*. Desta forma, cunhou a seguinte conclusão<sup>4</sup>:

*“21. Diante do exposto, infere-se que os argumentos trazidos pela RECORRENTE, em sua peça recursal, mostram-se insuficiente para comprovar a necessidade de reforma da decisão anteriormente proferida pelo Pregoeiro em relação a classificação da proposta da empresa BAKOF Plásticos Ltda.*

*22. Considerando ainda a prerrogativa de autotutela da Administração Pública de rever seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade, e que tem o dever de obedecer a Lei e verificar a presença dos pressupostos de validade dos atos que pratica verifica-se que inexistem fundamentos capazes de justificar o atendimento aos recursos apresentados por parte da empresa AG Engenharia Meio Ambiente e Automação EIRELI ME.”*

6. Considerando sua desclassificação, alegou a ora recorrente que bastaria ao pregoeiro informar à empresa os itens que deveriam ser ajustados. Pondera, ainda, que a decisão acarretará na contratação de outra empresa com valor superior em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

7. Em decorrência, requereu ao Tribunal, *in verbis*<sup>5</sup>:

<sup>3</sup> Peça 3, e-doc 24133673-c (págs. 10/13).

<sup>4</sup> Peça 3, e-doc 24133673-c (págs. 30/31).

<sup>5</sup> Peça 3, e-doc 24133673-c (págs. 39/40).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

*“(...) conhecer da presente Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade (...);*

*SEJA CONCEDIDA MEDIDA LIMINAR, INAUDITA ALTERA PARTE, conforme autoriza o artigo 276 do Regimento Interno dessa Corte, para SUSPENDER TODOS OS ATOS RELACIONADOS AO PE SRP Nº 014/2019, promovido PREGOEIRO JOAO DE DEUS ABREU SOARES E PELA SUA SUPERIOR DENISE ANDRADE DA FONSECA, PRINCIPALMENTE PARA OBSTAR A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA AG ENGENHARIA MEIO AMBIENTE E AUTOMAÇÃO EIRELI - ME posto que presentes os pressupostos autorizadores à concessão da medida emergencial, ATÉ DECISÃO DE MÉRITO DA DEMANDA;*

*(...)*

*NO MÉRITO, seja julgado procedente o pedido da Representante, para que seja ANULADA a decisão Administrativa que declarou classificada e habilitada a empresa AG Engenharia Meio Ambiente e Automação Eireli - Me, no PA nº 00072000026452019-98, haja vista as ilegalidades contidas no decisum ora atacado, as quais contrariam o interesse público, colocando em risco a contratação Administrativa; ou ANULAR o próprio procedimento licitatório.*

*Requer sejam as intimações e publicações efetuadas em nome da advogada LUYSLA MAYARA SOUSA BARBOSA LEITE - OAB/DF 63.515, inclusive quanto à intimação do causídico para eventual exercício da SUSTENTAÇÃO ORAL.” (sic)*

8. Cumpre registrar que há evidente equívoco no pedido formulado pela Representante, uma vez que certamente seu interesse é na **anulação da decisão que classificou a empresa BAKOF Plásticos Ltda**, e não a própria AG Engenharia Meio Ambiente e Automação EIRELI – ME, como se depreende da leitura da peça exordial.

## **II. DA DECISÃO Nº 11/2020**

9. A admissibilidade da Representação e o Pedido de Cautelar foram examinados, com fulcro no art. 16, inciso XIV, do Regimento Interno do TCDF, pela Conselheira Presidente do Tribunal<sup>6</sup>, resultando na Decisão Liminar nº 09/2019 –P/AT. Posteriormente, esta foi referendada pelo Tribunal, por meio da Decisão nº 11/2020, *in verbis*:

*O Tribunal, por unanimidade, referendou a mencionada decisão*

---

<sup>6</sup> Peça 6, e-doc BB4522E6-e.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

*liminar, proferida nos seguintes termos: "I - conhecer da representação formulada pela empresa AG Engenharia Meio Ambiente e Automação EIRELI Me (e-DOC. 24133673-c, peça 3); II - afastada a fumaça do bom direito e o risco na demora, rejeitar o pedido cautelar; III - **determinar à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER e à BAKOF Plásticos Ltda., com base no art. 230, § 7º, do Regimento Interno do TCDF, que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes quanto aos fatos narrados na representação; IV - dar ciência desta decisão à representante, na pessoa de sua advogada, Sra. Luysla Mayara Sousa Barbosa Leite - OAB/DF 63.515; V - **determinar, ainda, à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER, que encaminhe cópia, em meio digital, do Processo nº 200072000026452019-9, que tratou do Pregão Eletrônico PE 014/2019 – EMATER; VI - autorizar: a) o encaminhamento de cópia desta decisão e da representação à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER e à BAKOF Plásticos Ltda. a fim de subsidiar o atendimento do item III; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade para análise de mérito da representação.**"***

### III. DA MANIFESTAÇÃO DA EMATER (peça 22)

10. Instada a manifestar-se, a Jurisdicionada encaminhou à Corte a resposta constante da peça nº 22 (e-doc AC2BDC3E-c). Após informações acerca dos trâmites iniciais do certame, informa que recusou inicialmente a proposta do autor da Representação em razão da existência de "*valores individuais acima dos valores já cadastrados no sistema, quando da inserção de proposta original, inviabilizando assim a aceitação da proposta*".

11. Complementa que a Representante recorreu da decisão, mas que o apelo restou indeferido pelo Pregoeiro:

*acentuando que lhe era defeso alterar valores ofertados pela licitante, uma vez que não se tratava de meros erros e falhas que não alteravam a substância da proposta. No mesmo documento, ele lembrou ainda que a Representante foi facultado, por mais de uma vez, retificar os valores nos dois itens apresentados erroneamente, o que não foi feito.*

12. Em razão do indeferimento do recurso da empresa AG Engenharia Meio Ambiente e Automação - EIRELI, o objeto foi adjudicado à empresa Bakof Plásticos Ltda.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

13. Pondera que foi dada oportunidade à licitante para que corrigisse os erros encontrados, mas que, nas oportunidades, as planilhas encaminhadas continham incorreções, o que, segundo a EMATER, impossibilitou a aceitação da proposta<sup>7</sup>:

*Analizando a planilha nº 02, inserida no julgamento do Senhor Pregoeiro, verifica-se que os itens 1 e 7 foram enviados com valores superiores aos registrados no sistema.*

*No primeiro item, observa-se que a Representante enviou proposta com valor total de R\$ 88.200,00 (oitenta e oito mil e duzentos reais) enquanto no sistema já havia sido registrado o montante de R\$ 86.910,00 (oitenta e seis mil e novecentos e dez reais).*

*Já com relação ao item 7, o valor total enviado pelo licitante Recorrente foi de 8.820,00 (oito mil, oitocentos e vinte reais), sendo que já havia sido registrado no sistema a quantia de R\$ 8.730,00 (oito mil, setecentos e trinta reais).*

*Por conta das inconsistências acima destacadas, o Senhor Pregoeiro entendeu que houve afronta ao disposto no subitem 7.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2019, no item relativo à Formulação de Lances (...)*

14. Transcreve trechos do edital do certame e acrescenta que<sup>8</sup>:

*Nesse ponto, inclusive, cumpre destacar que cabe ao Pregoeiro e aos demais interessados observar os mandamentos do Edital, não sendo facultado ao agente representante da Administração Pública a adoção de qualquer ato que viole os princípios da isonomia, moralidade e legalidade, ainda que seja na tentativa de obter a melhor proposta.*

*Aliás, no presente caso, nem se o Senhor Pregoeiro quisesse, poderia agir de outro modo. Isso porque, desde 23 de janeiro de 2019, o sistema Comprasnet foi parametrizado para impedir a "(...) aceitação pelo pregoeiro, na fase de fase de negociação posterior à disputa de lances, de majoração (aumento) de preço unitário de item já definido na etapa de lances, pelo fornecedor, quer para os itens adjudicados individualmente, quer para os adjudicados em grupos. A alteração atende ao disposto no inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2002 e ao Acórdão TCU 1872/2018".*

*(...)*

*Assim, devido à clareza do edital, as razões do inconformismo da Representante foram resumidas pelo Senhor Pregoeiro em seu julgamento e, acertadamente, refutadas.*

*A principal tese presente na Representação feita junto a esse*

<sup>7</sup> Peça 22, e-doc AC2BDC3E-c (pág. 20).

<sup>8</sup> Peça 22, e-doc AC2BDC3E-c (págs. 21/25).





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

*Egrégio Tribunal é a de que as inconsistências identificadas na proposta foram decorrentes de erro formal e que houve formalismo exacerbado por parte do Pregoeiro, tendo sido insinuado, inclusive, que caberia ao representante da EMATER (o próprio Pregoeiro) sanar os eventuais vícios existentes na oferta.*

*Ao apreciar alegação idêntica, no entanto, o Senhor Pregoeiro destacou que o ato de recusa da proposta não configura “formalismo exacerbado”, principalmente porque foi oportunizada a Representante a possibilidade de regularizar sua oferta, porém, sem êxito.*

*Nesse ponto, vale a pena transcrever as considerações do Senhor Pregoeiro sobre a possibilidade de saneamento de erros e falhas:*

*(...)*

*Para efeito de julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alteram a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, porém, alterar valores constantes nas mesmas extrapolam tais poderes pela legislação de regência.*

*(...)*

*(...) a invalidação da proposta da Representante/Recorrente decorreu de sua própria conduta ante o descumprimento do disposto no subitem 7.2. e no item 10, ambos do Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2019.*

#### **IV. DA MANIFESTAÇÃO DA EMPRESA BAKOF PLÁSTICOS LTDA. (peça 21)**

15. A empresa Bakof Plásticos Ltda, por meio da peça 21 (e-doc 27A2CB7C-c), encaminhou sua manifestação acerca dos fatos alegados na Representação. Aponta que tomou conhecimento do edital do Pregão Eletrônico nº 014/2019, da EMATER/DF através do portal Comprasnet e que por meio deste efetuou diversas solicitações de esclarecimentos ao Órgão licitante.

16. Em seguida, afirma que, por entender que os demais licitantes apresentavam valores muito baixos, optou “por não encaminhar nenhum lance, mantendo o valor do cadastramento de sua proposta, ou seja, R\$ 520.042,50”. Comenta que após a desclassificação da empresa AG Engenharia Meio Ambiente e Automação, anexou a documentação técnica e de habilitação do certame.

17. Prosseguindo, aponta que<sup>9</sup>:

---

<sup>9</sup> Peça 21, e-doc 27A2CB7C-c (pág. 4).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

*A empresa AG Engenharia Meio Ambiente e Automação Eireli ME, inconformada com o desfecho da licitação, interpôs recurso administrativo em face do resultado do Pregão Eletrônico 14/2019.*

*A empresa Bakof Plásticos Ltda contrarrazoou por compreender ser incabível e inaceitável uma empresa apresentar por três vezes proposta de preço incorreta, obstruindo o andamento do processo licitatório. Além disso, a licitante AG Engenharia Meio Ambiente e Automação Eireli ME foi chamada pelo Senhor Pregoeiro especificamente para corrigir sua proposta e mesmo assim não o fez.*

*Ora, uma licitante que redige incorretamente sua proposta de preços por três vezes, mesmo após ser chamada para corrigir seu documento, não pode alegar que tal situação trata-se de pequeno erro formal que não altera o resultado do certame licitatório, uma vez que a alteração dos valores unitários para preços superiores ao negociado modifica o conteúdo da proposta.*

*Todos os licitantes receberam tratamento igualitário, tendo o processo licitatório ocorrido nos devidos termos da legislação e dos princípios. A decisão proferida pelo Senhor Pregoeiro e sua Comissão de Licitação está correta e deve ser mantida.*

**V. ANÁLISE DO MÉRITO**

18. Analisando-se os documentos trazidos ao feito, conclui-se não assistir razão à empresa autora da Representação exordial.

19. A sua alegação de que a EMATER, ao proceder à sua desclassificação no certame, fez uso de formalismo exacerbado, não se sustenta à luz dos fatos apresentados. Como aponta precedente do Tribunal de Contas da União trazido pela própria Representante<sup>10</sup>:

*A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, **devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas**, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada. (Acórdão 2546/2015-Plenário).*

20. Ora, no presente caso tem-se que a Administração agiu corretamente, pois realizou diligências para correção das falhas, mas o Licitante

---

<sup>10</sup> Peça 3, e-doc 24133673-c (pág. 7).





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

persistiu em erros nos documentos apresentados. Não se trata, portanto, de caso idêntico ao apontado no precedente. Pelo contrário, aqui, houve a iniciativa de possibilitar que os erros fossem sanados, mais de uma vez, o que, certamente, não configura “formalismo exacerbado”, como quer fazer crer a Representante.

21. Aceitar-se que um licitante possa, diversas vezes, ser beneficiado com a possibilidade de correção de erros já apontados anteriormente, não se configura razoável. Caso assim se procedesse, os procedimentos licitatórios poderiam se estender por período de tempo extenso e inadequado, prejudicando a eficiência da Administração, que ficaria à mercê da disponibilidade dos licitantes em corrigir os erros apresentados por eles mesmos.

22. Como se vê, não se trata, no presente caso, de simples recusa de proposta por erro irrelevante, o que, de fato, configuraria formalismo exacerbado. O que ocorreu, conforme consta dos autos, foi que o Licitante autor da exordial não logrou êxito em apresentar, por oportunidades seguidas, uma planilha de preços que estivesse em conformidade com os preços cadastrados no sistema. O Pregoeiro, identificando a falha, oportunizou a correção, mas ainda assim remanesceram as impropriedades. Não seria razoável possibilitar, novamente, outra oportunidade à empresa AG Engenharia Meio Ambiente e Automação, sob pena de privilegiá-la em relação às demais empresas participantes do certame, o que feriria o princípio da isonomia entre os licitantes.

23. Cabe lembrar que cabe aos próprios interessados em fornecer produtos ou serviços ao Poder Público zelar para que as suas propostas estejam material e formalmente conformes ao que prevê o edital regulador da licitação em que participam, não podendo a Administração, ou o Tribunal de Contas, ficar responsável por tutelar licitantes para que não incorram em erros na documentação ou nas planilhas apresentadas. Ainda que seja possível a correção de erros formais existentes, não pode ser o pregoeiro instado a ser um tutor ou instrutor dos licitantes para que encaminhem propostas formalmente adequadas. Tal atitude feriria o princípio da isonomia entre os licitantes, entre outros princípios aplicáveis às compras públicas.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

24. Conforme consta da Decisão Liminar nº 009/2019 – P/AT, posteriormente ratificada pelo Plenário<sup>11</sup>:

*Quanto ao pedido cautelar, é de se observar que a empresa autora da representação cometeu seguidos erros na elaboração da sua proposta de preços: **A primeira foi detectada pelo pregoeiro, que solicitou o reenvio da proposta corrigida; a segunda, ante a constatação de novas divergências nas planilhas, levou a um valor total superior ao da oferta vencedora do certame.***

*Ou seja, a representante, por mais de uma vez, deixou de elaborar uma proposta que atendesse às exigências do edital, assim, não me parece presente o requisito da plausibilidade jurídica para concessão de medida cautelar.*

25. Deste modo, verifica-se que a Representação exordial não pode ser considerada procedente, uma vez que o Pregoeiro do certame apontou erros em planilha de preços da licitante e lhe oportunizou a correção, o que não foi feito pela Representante, não podendo ser considerado “formalismo exacerbado” a negativa em conceder mais uma oportunidade de correção a quem já não o fizera anteriormente.

## **VI. CONCLUSÕES**

26. Tendo em conta a análise acima exposta, conclui-se pela improcedência da Representação exordial e o consequente arquivamento dos autos. Salienta-se que a Representante indicou na exordial intenção de fazer sustentação oral, devendo o pedido ser apreciado pelo Relator, nos termos do art. 136, § 1º, do Regimento Interno dessa Corte.

## **VII. SUGESTÕES**

27. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento das manifestações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER (peça nº 22) e da empresa BAKOF Plásticos Ltda. (peça nº 21);

---

<sup>11</sup> Peça 6, e-doc BB4522E6-e (pág. 6).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
2ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

- II. considerar cumprido o determinado pela Decisão nº 11/2020, itens III e V;
- III. julgar improcedente a Representação da Empresa AG Engenharia Meio Ambiente e Automação - EIRELI (peça 3);
- IV. dar ciência do que for decidido à Representante, na pessoa de sua advogada, Sra. Luysla Mayara Sousa Barbosa Leite – OAB/DF 63.515;
- V. restituir os autos à Segem, para fins de arquivamento.

À superior consideração.

Marcelo de Oliveira Ribas  
**Auditor de Controle Externo**

Senhor Secretário,

Pondo-me de acordo com a Informação, submeto os presentes autos à consideração de Vossa Senhoria.

Em 13 de março de 2020.

David da Silva de Araújo  
**Diretor Substituto**